

II PROVA 2006

01. Não é penalidade administrativa prevista na Constituição para os atos de improbidade administrativa:

- a) indisponibilidade dos bens
- b) suspensão dos direitos políticos
- c) perda da função pública
- d) advertência pública

02. Assinale a alternativa incorreta em relação às normas constitucionais voltadas para a Administração Pública:

- a) é garantido ao servidor público o direito à associação sindical;
- b) ao servidor público civil é assegurado direito de greve;
- c) o prazo de validade dos concursos públicos será de até 02 anos prorrogável uma vez por igual período;
- d) n. r. a

03. As autarquias, integrantes da, somente poderão ser criadas por.....;

Assinale a alternativa que preenche corretamente os espaços:

- a) Administração direta; lei complementar
- b) Administração indireta; lei ordinária específica
- c) Administração direta; lei ordinária
- d) Administração indireta; lei complementar acerca das normas gerais da Administração Pública

04. Assinale a alternativa correta:

- a) Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar e processar originariamente os habeas corpus quando a autoridade coatora for juiz federal;
- b) Os juízes federais são órgãos da Segunda instância da Justiça Federal;
- c) O juiz federal não pode julgar questões referentes à disputa sobre direitos indígenas;
- d) Os juízes federais equivalem em sua competência aos membros dos Tribunais dos Estados;

05. As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas, exceto:

- a) Naquela em que houver ocorrido o fato ou ato que deu origem à demanda;
- b) Onde esteja situada a coisa;
- c) No Distrito Federal;
- d) No Estado do Rio de Janeiro ou São Paulo porque os mesmos têm representação da União;

06. Uma servidora da Caixa Econômica Federal - empresa pública federal - pretende anular punição a ela aplicada por sua empregadora - decorrente de suposta falha funcional -, sob o fundamento de não observância do princípio da ampla defesa. O Juízo competente para conhecer e julgar tal ação é:

- a) Justiça Comum Federal;
- b) Justiça do Trabalho;
- c) Justiça Comum Estadual;
- d) nenhuma das respostas acima.

07. Ao tomar conhecimento de uma ação possessória ajuizada por SICRANO contra BELTRANO na Justiça Comum Estadual, a União manifesta seu interesse em integrar o feito na condição de assistente litisconsorcial - SICRANO ocupa o imóvel de propriedade da União, via autorização administrativa e pagamento de taxa de ocupação. O juiz de direito deverá:

- a) declinar de imediato da competência para processar o feito e encaminhar os autos à Justiça Federal, com jurisdição no Estado;
- b) analisar e decidir sobre a real existência de interesse jurídico que justifique a presença da União no processo para, somente então, declinar da competência para processar o feito e encaminhar os autos à Justiça Federal, com jurisdição no Estado;
- c) indeferir, de imediato, a intervenção da União – que deverá procurar a via adequada para obter sua pretensão;
- d) nenhuma das respostas acima.

08. Após o manifesto desinteresse da União em ingressar na ação de prestação de contas ajuizada pelo Município de Cafundó dos Judas contra o ex-prefeito daquela edilidade, o juiz federal então processante declina da competência - ausência de qualquer das hipóteses fixadoras da competência da Justiça Federal (CF/88, art. 109, I) - e remete os autos à Justiça Comum Estadual. O juiz de direito:

- a) poderá reexaminar tal decisão e, ao entender que há interesse jurídico da União no feito, poderá suscitar conflito negativo de competência;
- b) poderá reexaminar tal decisão e, ao entender que há interesse jurídico da União no feito, devolverá os autos à Justiça Comum Federal;
- c) não poderá reexaminar tal decisão;
- d) nenhuma das respostas acima.

09. Assinale a assertiva correta:

- a) o menor impúbere e órfão nunca poderá postular direitos seus em juízo;
- b) o menor impúbere e órfão poderá postular direitos seus em juízo, desde que devidamente representado por curador;
- c) o menor impúbere e órfão poderá postular somente alguns direitos seus e em circunstâncias especiais;
- d) nenhuma das respostas acima.

10. Ação objetivando a condenação do credor hipotecário a dar baixa na referida garantia - dívida já quitada -, deverá ser ajuizada:

- a) somente pelo cônjuge varão;
- b) por um dos dois cônjuges, indiscriminadamente;
- c) obrigatoriamente por ambos os cônjuges;
- d) nenhuma das respostas anteriores.

11. Julgue os itens a seguir, relativos a prazos processuais:

I – são peremptórios os prazos que, uma vez desatendidos, implicam a preclusão, sendo inalteráveis, não admitindo, em qualquer hipótese, prorrogação;

II – na sistemática do CPC, a regra de contagem dos prazos é a de que o dia do início se computa no termo, no qual não se inclui o dia do final;

III – salvo no procedimento sumário, o prazo para a Fazenda Pública apresentar resposta é contado em quádruplo;

IV – na hipótese de litisconsórcio, tendo os litisconsortes advogados diferentes, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para se manifestar nos autos.

- a) apenas o item IV é verdadeiro;
- b) apenas o item II é verdadeiro;
- c) apenas os itens I e III são verdadeiros;
- d) apenas os itens III e IV são verdadeiros.

12. Julgue os itens a seguir, referentes aos pressupostos processuais:

I - a litispendência, a coisa julgada e a competência são classificadas pela doutrina como pressupostos processuais negativos;

II – sempre que o juiz verificar a ausência de um dos pressupostos processuais positivos, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito, uma vez que se trata de vício insanável;

III – apenas a coisa julgada material impede a repositura da ação;

IV – capacidade postulatória consiste na capacidade de estar em juízo, defendendo direitos e obrigações.

- a) apenas os itens I, II e III estão corretos;
- b) apenas o item II está correto;
- c) apenas o item III está correto;
- d) apenas os itens II e IV estão corretos.

13. Antônio ajuizou uma ação em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social requerendo a condenação do réu em obrigação de fazer consistente na concessão de benefício previdenciário de auxílio-doença. O INSS, no prazo para contestação, exibiu documento comprovando que o requerimento de benefício feito administrativamente por Antônio fora deferido antes mesmo de efetuada a citação daquela autarquia, tendo havido, inclusive, o pagamento da primeira parcela do auxílio-doença. Ouvido, Antônio confirmou que o benefício lhe foi concedido na via administrativa. Nessa circunstância, que providência deverá ser tomada pelo juiz da causa?

- a) o processo deverá ter seguimento, com a designação de audiência de conciliação;
- b) o pedido feito na petição inicial deve ser acolhido;
- c) o processo deve ser extinto sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo;
- d) o processo deve ser extinto sem resolução do mérito, por carência de ação.

14. A Lei 11.232/2005, ao promover alterações no Código de Processo Civil, passou a conceituar “sentença” como sendo:

- a) o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente;
- b) o ato pelo qual o juiz declara extinto o processo com resolução do mérito da causa;
- c) o ato do juiz que implica alguma das situações previstas nos artigos 267 e 269 do CPC;
- d) o ato do juiz que põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa.

15. Assinale a única alternativa correta:

- a) pelo princípio do dedutível e do deduzido, tratando-se de coisa julgada material, tudo aquilo que poderia ter sido deduzido como argumentação em relação ao pedido do autor ou à contestação, ainda que não tenha sido, reputa-se como tendo sido alegado;

II PROVA 2006

- b) produz-se coisa julgada material apenas quando se tratar de sentença processual;
- c) os motivos que levaram o juiz decidir também ficam acobertados pela autoridade de coisa julgada;
- d) nos termos do art. 294 do CPC, depois de citado o réu, mesmo com a anuência deste, não pode o autor modificar o seu pedido inicial.

16. Acerca das nulidades, julgue as assertivas seguintes:

I – A nulidade relativa deve ser argüida na primeira oportunidade em que couber a parte falar nos autos, enquanto a absoluta pode ser argüida em qualquer fase do processo. Ambas podem ser reconhecidas de ofício pelo juiz.

II – O juiz pronunciará a nulidade, mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveita a declaração.

III – O princípio da instrumentalidade das formas dos atos processuais recomenda que se tenham presentes a finalidade que a lei atribui ao ato e o prejuízo que a violação da forma traria ao processo.

- a) todas estão corretas.
- b) apenas I e III estão corretas.
- c) somente a II está correta.
- d) somente a III está correta.

17. No que se refere à ação, é incorreto afirmar que:

- a) ninguém poderá pleitear em nome próprio direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
- b) legitimidade para a causa e legitimidade para o processo (legitimatio ad processum) não se confundem.
- c) os elementos da ação (ou da causa) não têm nenhuma relevância para determinar a existência de coisa julgada, litispendência, conexão e continência.
- d) o pedido imediato se refere ao direito processual e o pedido mediato ao direito substancial.

18. Extingue-se o processo, sem resolução do mérito:

- a) quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- b) quando o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.
- c) quando as partes transigirem.
- d) quando o réu reconhecer a procedência do pedido.

19. Julgue as assertivas seguintes:

I – Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes e a mesma causa de pedir, não havendo necessidade de os pedidos serem iguais.

II – Se o autor der causa, por 03 (três) vezes, à extinção do processo, por não promover os atos e diligências que lhe competia, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias, não poderá intentar ação idêntica, ficando-lhe ressalvada a possibilidade de alegar em defesa o seu direito. A esse fenômeno processual dá-se o nome de perempção.

III – A litispendência e a coisa julgada ocorrem quando se reproduz ação idêntica à anteriormente proposta, sendo que na litispendência as duas demandas estão em curso e na coisa julgada a demanda anterior já foi decidida por sentença de que não cabe mais recurso. A consequência processual nos dois casos é idêntica: extinção do processo sem julgamento do mérito.

IV – Publicada a sentença, o juiz tão-somente pode alterá-la para lhe corrigir, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou lhe retificar erros de cálculo.

- a) Todas estão corretas.
- b) apenas a I e IV estão corretas.
- c) apenas a II e III estão corretas.
- d) apenas a I está correta.

20. Sobre o mandado de segurança é correto afirmar:

- a) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- b) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por qualquer partido político após ter adquirido personalidade jurídica, na forma da lei civil, e ter seu estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral.
- c) conforme previsão constitucional, o mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo, ainda que amparado por habeas corpus ou habeas data, desde que o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder seja autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuição do Poder Público.
- d) somente o cidadão é parte legítima para impetrar mandado de segurança individual.

21. Sobre a invalidade dos atos processuais, é correto afirmar:

- a) A nulidade relativa pode ser declarada independentemente de argüição da parte interessada e não está sujeita à preclusão
- b) A declaração de nulidade absoluta tem eficácia ex nunc, enquanto a relativa tem eficácia ex tunc.

II PROVA 2006

- c) Quando há expressa exigência de forma, serão tidos como inválidos os atos praticados de outro modo mesmo que sua finalidade essencial tenha sido alcançada
- d) A nulidade absoluta pode e deve ser declarada de ofício a todo tempo, não sendo passível de convalidação.

22. Sobre a teoria da substanciação, assinale a alternativa correta:

- a) Refere-se ao pedido, consistindo na exigência apenas da indicação dos fundamentos jurídicos para caracterizar a causa de pedir e tornar admissível a ação.
- b) Busca assegurar o amplo acesso à jurisdição, na medida em que possibilita o processamento do feito independentemente de estarem preenchidas todas as condições da ação.
- c) Adotada pelo CPC, refere-se à causa de pedir, exigindo muito mais do que a fundamentação jurídica, a alegação e descrição dos fatos sobre os quais incide o direito alegado como fundamento do pedido.
- d) É a teoria pela qual as condições da ação devem estar presentes concomitantemente para que se abra caminho para prestação da tutela jurisdicional requerida.

23. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A falta de pressuposto processual nem sempre acarreta a extinção do processo.
- b) Restando configurado o abandono da causa pelo autor, o juiz pode de ofício extinguir o processo sem resolução do mérito.
- c) O réu, depois de citado, tem de ser ouvido sobre o pedido de desistência formulado pelo autor.
- d) Ocorrendo a perempção, a quarta ação objetivando a mesma pretensão tem de ser extinta sem julgamento de mérito.

24. Sobre a coisa julgada, é correto afirmar:

- a) Não se produz coisa julgada quando se trata de sentenças terminativas.
- b) Questão prejudicial que já tenha sido objeto de resolução por sentença transitada em julgado pode ser discutida em novo processo.
- c) A motivação da sentença é alcançada pela coisa julgada.
- d) Somente o conteúdo condenatório da sentença torna-se imutável e indiscutível com a coisa julgada.

25. A respeito do mandado de segurança, julgue os itens seguintes:

I - Consideram-se atos de autoridade também os praticados por administradores ou representantes de autarquias e de entidades paraestatais.

II - É possível instrução probatória no mandado de segurança

III - Todo ato de dirigente de estabelecimento particular de ensino pode ser atacado por mandado de segurança.

IV - Para instauração da lide é dispensada a citação da Fazenda Pública, bastando a notificação da autoridade coatora.

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e III estão corretos.
- c) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e IV estão corretos.

26. Sobre a suspensão do processo, assinale a alternativa incorreta:

- a) A suspensão do processo por deliberação das partes não é capaz de impedir o curso de prazos peremptórios já fixados, como, por exemplo, o prazo para recurso, tornando-se também inoperante enquanto está sendo praticado determinado ato processual.
- b) Somente as questões prejudiciais externas permitem a suspensão do processo. As internas serão resolvidas dentro do processo e somente autorizarão a suspensão do feito quando a decisão da lide principal tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente.
- c) A hipótese de suspensão do processo de conhecimento pela morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes não se aplica à pessoa jurídica.
- d) Determinada a suspensão do processo, fica proibida a qualquer dos seus sujeitos a prática de atos processuais, excetuados aqueles reputados urgentes, destinados a prevenir a ocorrência de danos irreparáveis.

27. Em relação ao prazo dos atos processuais é incorreto afirmar:

- a) A superveniência de recesso ou outro feriado contínuo suspenderá o curso de todo e qualquer prazo, legal ou judicial, peremptório ou dilatatório.
- b) Omissa a lei, e não havendo fixação de prazo pelo juiz, deverá o ato ser praticado dentro do prazo de cinco dias.
- c) Todos os atos processuais só podem ser praticados durante o horário de expediente forense.
- d) Os prazos processuais são contínuos, não se interrompendo nos feriados.

II PROVA 2006

28. No crime de peculato:

- a) É sujeito ativo apenas o funcionário público, uma vez que, pelo princípio da incomunicabilidade, essa qualidade não se estende a outro concorrente, não exercente de cargo ou função pública;
- b) É possível peculato de bem imóvel;
- c) Se a falsidade constitui meio para a prática do desfalque, ela não será absorvida pelo peculato, mas caracteriza crime autônomo;
- d) A reparação do dano no peculato culposo, se antes da sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se o ressarcimento for posterior, reduz da metade a pena imposta.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) O fabricante de moeda falsa que, em ato sucessivo, a introduz em circulação responde tão-só pelo delito definido no art. 289, caput, do Código Penal, em atenção ao princípio da especialidade;
- b) No crime de moeda falsa (art. 289 do Código Penal), a competência da Justiça Federal subsiste mesmo que o papel-moeda seja grosseiramente falsificado, conforme laudo pericial;
- c) A falsificação de papel-moeda é crime hediondo;
- d) Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, e a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, não comete crime algum.

30. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem caracteriza o crime de:

- a) corrupção passiva
- b) corrupção ativa
- c) concussão
- d) estelionato

31. O delegado de polícia, que se recusa a instaurar inquérito policial requisitado por procurador da república, comete o crime de:

- a) Resistência
- b) Desobediência
- c) Condescendência administrativa
- d) Prevaricação

32. O inquérito policial é:

- a) Procedimento administrativo indispensável à propositura da ação penal;
- b) Procedimento administrativo bilateral de investigação destinado à formação da opinio delicti;
- c) Se não for concluído no prazo legal, será nulo;
- d) Procedimento administrativo, sem contraditório, que pode ser dispensado quando do oferecimento da denúncia, caso o Ministério Público disponha de outras peças de informação suficientes à formação de sua convicção.

33. O defensor constituído pelo réu foi devidamente intimado, pela publicação oficial, à apresentação das alegações finais, porém não as apresentou. o juiz do feito deve:

- a) Nomear, de plano, defensor para oferecê-las;
- b) Julgar a lide penal sem o conhecimento das alegações da defesa, presente o princípio da eventualidade;
- c) Intimar o réu para constituir novo advogado, com a advertência de que, se não o fizer, haverá nomeação de defensor;
- d) Nenhuma das opções.

34. No que diz respeito às alegações finais (art. 500 do CPP), podemos afirmar que:

- a) Quando houver constituição de assistência à acusação, o prazo será comum ao concedido ao Ministério Público.
- b) Se forem dois ou mais os réus, com defensores diferentes, o prazo será sucessivo às defesas.
- c) O Ministério Público, quando o processo não for por crime de ação privada, terá vista dos autos depois do réu.
- d) O prazo correrá em cartório, independentemente de intimação das partes, salvo em relação ao Ministério Público.

35. Quanto ao processo comum criminal, é correto afirmar:

- a) A inquirição das testemunhas da defesa precederá às da acusação, pelo Princípio Constitucional do Contraditório.
- b) Nos crimes de ação pública, o réu oferecerá Alegações Finais antes do Ministério Público, pelo Princípio Constitucional da Ampla Defesa.
- c) As partes poderão oferecer documentos em qualquer fase do processo.

II PROVA 2006

d) O juiz não poderá requerer diligências de ofício, após as alegações finais das partes.

36. Ainda quanto ao processo comum criminal, é incorreto afirmar:

- a) Após as alegações finais, o Juiz poderá determinar que se proceda, novamente, a interrogatório do réu, se não houver presidido a esse ato na instrução criminal.
- b) O réu ou seu defensor, poderá, logo após o interrogatório ou no prazo de 3 (três) dias, oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.
- c) As partes não poderão substituir as testemunhas arroladas.
- d) As testemunhas de acusação serão ouvidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias, quando o réu estiver preso.

37. Na instrução do processo comum criminal, serão inquiridas no máximo:

- a) cinco testemunhas de acusação e até oito da defesa
- b) oito testemunhas de acusação e até oito da defesa
- c) oito testemunhas de acusação e até cinco da defesa
- d) cinco testemunhas de acusação e até cinco da defesa.

38. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à:

- a) saúde
- b) previdência social
- c) assistência social
- d) todas as alternativas estão corretas

39. No que concerne à previdência social, assinale a alternativa correta:

- a) em qualquer hipótese é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral
- b) nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo
- c) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter temporário, o valor real, conforme critérios definidos em lei
- d) é permitida a filiação ao regime geral, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência

40. Quanto aos juizados especiais, assinale a alternativa correta:

- a) compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de 40 (quarenta) salários mínimos
- b) compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal referentes a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos
- c) compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, desde que o valor da causa não ultrapasse o valor teto previsto na Lei nº 10.259, de 12.07.2001
- d) no foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial Federal Cível, a sua competência é absoluta

GABARITO

- 1. D
- 2. D
- 3. C
- 4. A
- 5. D
- 6. B
- 7. A
- 8. C
- 9. B
- 10. C
- 11. D
- 12. C
- 13. D
- 14. C
- 15. A
- 16. D
- 17. C
- 18. A

II PROVA 2006

- 19. C
- 20. A
- 21. D
- 22. C
- 23. ANULADA
- 24. ANULADA
- 25. C
- 26. C
- 27. C
- 28. D
- 29. A
- 30. A
- 31. ANULADA
- 32. D
- 33. C
- 34. D
- 35. C
- 36. C
- 37. B
- 38. D
- 39. B
- 40. D